**Subseção IV-A
Da Célula de Atendimento**

Art. 67-A. À Célula de Atendimento compete:

- I - receber e encaminhar os assuntos apresentados pelos cidadãos, acompanhando as soluções implementadas;
- II - elaborar normas e diretrizes referentes à modernização do processo de atendimento ao cidadão;
- III - monitorar e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria, ao cidadão, estabelecendo indicadores de qualidade que tenham por base a participação dos usuários no papel de avaliadores;
- IV - propor mudanças em procedimentos e na legislação vigente, objetivando a melhoria e a modernização do processo de atendimento;
- V - promover atendimento itinerante em localidades onde não existam unidades fazendárias;
- VI - normatizar os padrões de atendimento nos diversos meios de acesso disponibilizados pela Secretaria;
- VII - promover a criação de novos meios de acesso aos serviços e informações prestados pela Secretaria;
- VIII - executar outras competências compatíveis com a natureza do trabalho da unidade.

.....”

Art. 2º Ficam revogados:

- I - a Seção II do Capítulo IX;
- II - os incisos IV e XVII do art. 43;
- III - o inciso IV do art. 44;
- IV - a Subseção IV da Seção II do Capítulo XIII;
- V - o inciso VI do art. 52;
- VI - o inciso III do art. 53;
- VII - os incisos IV, V e VI do art. 55;
- VIII - os incisos V e VI do art. 57;
- IX - as Subseções V e VI da Seção IV do Capítulo XIII.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo: 969554

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº: 079/2023

DIÁRIO OFICIAL Nº 35.481 Dia: 25.07.2023

PROTOCOLO Nº 966332

Onde se lê: Prefeitura Municipal de Paragominas

Leia-se: Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas

Protocolo: 968490

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA**

PORTARIA

Portaria 801 de 31 de julho de 2023.

Altera o Grupo Técnico Estadual instituído para implementar do projeto de aprimoramento das ações de Gestão, Planejamento e Regionalização da saúde para o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado do Pará, nos termos da Portaria MS/GM nº 1.812, de 22 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, por meio do Decreto nº 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado no DOE nº 28.508 de 18 de janeiro de 1997;

Considerando a Portaria MS/GM nº 1.812, de 22 de julho de 2020, que institui para o exercício de 2020, incentivo financeiro de custeio, aos Estados e ao Distrito Federal, visando o aprimoramento das ações de gestão, planejamento e regionalização da saúde, objetivando à organização e à governança da Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde; Considerando a Portaria MS/GM nº 3.065, de 11 de novembro de 2020, que homologa o resultado da Avaliação de Projetos, nos termos da Portaria MS/GM nº 1.812/2020;

Considerando a Resolução CIT nº 23, de 17 de agosto de 2017, que estabelece diretrizes para os processos de Regionalização, Planejamento Regional Integrado, elaborado de forma ascendente, e Governança das Redes de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Resolução CIT nº 37, de 22 de março de 2018, que dispõe sobre o processo de Planejamento Regional Integrado e a organização de macrorregiões de saúde;

Considerando a Resolução CIB/PA nº 139, de 09 de agosto de 2018, que aprova as diretrizes para a realização do processo de Planejamento Regional Integrado (PRI);

Considerando a Resolução CIB/PA nº 140, de 09 de agosto de 2018, aprova com base na configuração das regiões de saúde existentes, a instituição das Macrorregiões de Saúde do Estado do Pará, como espaço regional ampliado para garantir a resolutividade das Redes de Atenção à Saúde;

Considerando a necessidade de coordenar e apoiar o desenvolvimento das metas pré-estabelecidas e compromissadas, às diretrizes e estratégias selecionadas, decorrentes da efetivação do processo de Planejamento Regional Integrado (PRI), bem como a institucionalização das macrorregiões de saúde, conforme disposto no Art. 1º das Resoluções CIB/PA nº 139/2018 e CIB/PA nº 140/2018;

Considerando a necessidade de assegurar a efetivação das metas, atividades e cronograma constantes do projeto de aprimoramento das ações de Gestão, Planejamento e Regionalização da saúde para o Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a importância da intersetorialidade no processo de planejamento e pactuação integrado, a partir da constituição de cenários, identificação de necessidades e a pactuação de prioridades;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição do Grupo Técnico Estadual, instituído pela Portaria da SESPA nº. 457, de 26 de abril de 2021, condutor do processo de Planejamento Regional Integrado - PRI, para coordenar e apoiar o desenvolvimento do Projeto de aprimoramento das ações de Gestão, Planejamento e Regionalização da saúde para o fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o qual será composto pelas seguintes instituições e representantes:

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES
Secretaria Estadual de Saúde (SESPA)	Ana Lucia Caldas da Silva
	Ana Cristina Alvares Guzzo
	Sônia Cristina Arias Bahia
Colegiado de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS)	José Alexandre Bonfim Cardoso
	Raimundo Nonato Bitencourt de Sena
	Claudia Regina Vieira Matos
Superintendência Estadual do Ministério da Saúde (SEMS)	João Benedito Lopes Borges
	Marli Cruz da Rosa

Art. 2º A coordenação do processo de Planejamento Regional Integrado - Regionalização no estado do Pará será desempenhada pela Secretaria de Estado da Saúde - SESPA, por meio do Núcleo de Informação em Saúde e Planejamento (NISPLAN), vinculado ao Gabinete do Secretário de Estado de Saúde.

Art. 3º O Grupo terá como atribuições:

I - Coordenar a execução técnica do projeto, visando à efetivação das metas, atividades e cronograma;

II - Realizar a articulação com os municípios e seus representantes regionais;

III - Monitorar o alcance dos produtos e os resultados das metas e indicadores;

IV - Gerar e publicar relatórios visando subsidiar informações para tomada de decisão pela gestão;

V - Estabelecer agendas de reuniões;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA.

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado da Saúde Pública

Protocolo: 969325

PORTARIA Nº 802 de 31 de julho de 2023

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, BEM COMO A COMPOSIÇÃO DOS SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem; e, CONSIDERANDO que a Administração Pública visa promover a regularidade e o seu aperfeiçoamento, velando pela observância dos princípios insertos no Art. 37, "Caput", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Art. 115 a 121, da Constituição Estadual do Pará, referente à fiscalização contábil, financeira e orçamentária;

CONSIDERANDO, que dentre os princípios norteadores da Administração Pública, destaca-se o Princípio da Moralidade Administrativa, devendo a autoridade pública adotar as medidas necessárias a sua fiel observância; e, CONSIDERANDO as normas pertinentes a prestação de contas da Administração Direta, nos primordios do Art. 131 a 142, do Regime Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará - Anexo - Ato nº 73; Art.149, do Regime Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará; Art.2º e Art.11, da Resolução nº 18.784/2016 do Tribunal de Contas do Estado do Pará, e nos Termos do Relatório Final da Sindicância (seq.27), Manifestação Jurídica nº 0269/CONJUR/2023 (seq.29 e 30) constante no processo nº 2020/318713.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar a Comissão de Tomada de Contas Especial, devendo promover a apuração dos fatos de possíveis danos ao erário por contratação